

E ditar, produzir e fazer circular livros que possam colaborar com a melhoria do ensino no Brasil, estabelecer uma ponte entre a produção do conhecimento e a sociedade. Promover a circulação do saber, enfim. Esta tem sido, desde o início, a preocupação da Editora Contexto.

Boa leitura!

Siga-nos:



www.editoracontexto.com.br



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	11
A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PRONOMINAL DE 2ª PESSOA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A POSIÇÃO DE SUJEITO	24
<i>Célia Regina Lopes, Leonardo Lennertz Marcotulio, Márcia Cristina de Brito Rumeu, Aroldo de Andrade, Izete Lehmkuhl Coelho, Marco Antonio Martins, Mariana de Oliveira Lacerda, Valéria Severina Gomes, Vanessa Martins do Monte, Zenaide Novais Carneiro, Christiane Maria Nunes de Souza, Sabrina Balsalobre, Janaina Pedreira de Souza, Thiago Laurentino de Oliveira, Kássia Kamilla de Moura, Iracema Cruz e Nayara Domingues Cardoso</i>	
A REORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PRONOMINAL DE 2ª PESSOA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: OUTRAS RELAÇÕES GRAMATICAIS.....	142
<i>Célia Regina Lopes, Leonardo Lennertz Marcotulio, Rachel Lucena, Thiago Laurentino de Oliveira e Camila Duarte de Souza</i>	
FORMAS SIMPLES E PERIFRÁSTICAS DO VERBO EM RELAÇÃO AO DOMÍNIO TEMPO-ASPECTO-MODALIDADE.....	186
<i>Raquel Meister Ko. Freitag, Josane Moreira de Oliveira e Márluce Coan</i>	
OS ADVÉRBIOS: ASPECTOS HISTÓRICOS E USOS ATUAIS.....	240
<i>Maria Maura Cezario, Deise de Moraes Pinto, Karen Sampaio Alonso, Julia Costa Nunes, Bruna Soares e Érika Ilogti de Sá</i>	
AS PREPOSIÇÕES: ASPECTOS HISTÓRICOS E USOS ATUAIS.....	294
<i>Verena Kewitz, Maria Lúcia L. de Almeida, Janderson Lemos de Souza e Carlos Alexandre Gonçalves</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	387
OS AUTORES.....	407

APRESENTAÇÃO

Célia Regina Lopes

Este quarto volume¹ da Coleção História do Português Brasileiro, intitulado *Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*, que ora se apresenta, reúne cinco capítulos sobre aspectos relevantes de mudança linguística em quatro classes de vocábulos: pronomes, verbos, advérbios e preposições.

O capítulo 1, intitulado “A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do Português Brasileiro: a posição de sujeito”, foi organizado por Célia Regina Lopes, Leonardo Lennertz Marcotulio e Márcia Cristina de Brito Rumeu, entre outros autores das diversas equipes regionais do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB). Na primeira parte deste capítulo, são apresentados aspectos históricos, teóricos e metodológicos sobre as formas de 2ª pessoa na história do português. Na segunda parte, apresenta-se uma análise descritiva do emprego das estratégias de referência ao sujeito de 2ª pessoa do singular em *corpora* diversificados das diferentes regiões do Brasil nos séculos XIX e XX. Os autores objetivam, assim, apresentar um panorama mais representativo do PB a partir dos resultados obtidos em documentação de mesma natureza produzida nas localidades brasileiras estudadas até agora no âmbito do Projeto Para a História do Português Brasileiro. Essa análise contrastiva de natureza diatópico-diacrônica foi feita com base na produção escrita de brasileiros de diferentes Estados. Inicia-se pela região sudeste com resultados de três localidades: a seção do Rio de Janeiro foi elaborada por Célia Regina Lopes e sua equipe, a de Minas Gerais foi feita por Márcia Cristina de Brito Rumeu e estudantes e a de São Paulo, por Vanessa Martins do Monte e Sabrina Balsalobre. A seção seguinte refere-se à região sul, representada apenas por Santa Catarina e feita por Izete Lehmkuhl Coelho e Christiane Maria Nunes de Souza. A região nordeste reúne três localidades: a seção

da Bahia foi feita por Zenaide Novais Carneiro, Aroldo de Andrade e Mariana de Oliveira Lacerda; Pernambuco, por Valéria Severina Gomes e Rio Grande do Norte, por Marco Antonio Martins e Kássia Kamilla de Moura. Os resultados remontam à primeira metade do século XIX até o século XX. Correlacionando sincronia e diacronia, os autores observaram se havia, na documentação remanescente, vestígios das diferenças atuais no sistema pronominal do português brasileiro: (i) *você* (como único tratamento pronominal empregado); (ii) *tu* (uso também exclusivo); (iii) *você-tu* (coexistência das duas formas variantes). O capítulo apresentou alguns resultados que são ponto de partida para estudos posteriores. Os autores observaram que as formas de tratamento *tu* e *você* foram registradas em todas as amostras regionais, ainda que, nem sempre, nos dois séculos analisados. Além dessas formas, outras estratégias também foram verificadas, principalmente, em fins do século XIX: *Vossa Excelência* (BA), *Vossa Senhoria* (BA), *Vossa Mercê* (MG, BA e PE), *O Senhor* (BA, PE e RN) e *Vós* (BA).

No capítulo 2, “A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: outras relações gramaticais”, Célia Regina Lopes, Thiago Laurentino de Oliveira, Leonardo Lennertz Marcotullio, Camila Duarte de Souza e Rachel Lucena dão continuidade ao tópico dos pronomes de 2ª pessoa do singular na história do português brasileiro. O foco dos autores é, porém, as outras relações gramaticais diferentes do sujeito (objeto direto, objeto indireto, oblíquos e genitivo). Uma vez que o *você* passou a integrar, ao longo do tempo, o sistema do PB variando com o pronome *tu*, os autores se questionam sobre o comportamento das outras posições sintáticas, observando se as formas do paradigma do pronome *você* passaram a ser utilizadas em todas elas com a mesma força com que são empregadas na posição de sujeito. Os autores analisaram a escrita de brasileiras e brasileiros registrada em cartas pessoais, produzidas entre os séculos XIX e XX e em sete estados diferentes (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Santa Catarina). O trabalho mostra que o processo de variação na expressão da 2ª pessoa do singular revela-se mais complexo e delicado em posições sintáticas diferentes do sujeito, visto que, em algumas delas, as formas relacionadas ao *tu* se mantiveram, com o passar do tempo, como variantes bastante frequentes na escrita pessoal.

No capítulo 3, intitulado “Formas simples e perifrásticas do verbo em relação ao domínio tempo-aspecto-modalidade”, Raquel Meister Ko. Freitag, Josane Moreira de Oliveira e Márluce Coan procuraram delinear o panorama do paradigma verbal do português do século XVI ao início do XXI considerando o domínio tempo-aspecto-modalidade. As autoras basearam-se em resultados de estudos descritivos de variação e mudança linguística que envolvem formas verbais e que tomam por base funções semântico-discursivas (valores de tempo, aspecto e modalidade) desempenhadas por formas verbais variantes com matizes de significado.

O capítulo 4, intitulado “Os advérbios: aspectos históricos e usos atuais”, de Maria Maura Cezario, Karen Sampaio Alongo, Deise de Moraes Pinto, Julia Costa Nunes, Bruna Soares e Érika Ilogti de Sá, aborda a classe de palavras dos advérbios com base na Linguística Funcional centrada no uso (cf. Bybee, 2010; Cezario e Cunha, 2013; Oliveira e Rosário, 2015). As autoras procuram mostrar a não homogeneidade da classe dos advérbios tendo em vista que funcionam num plano que oscila entre o campo do léxico e o campo da gramática. Trabalhando com as noções de contínuo e de prototipicidade, concebem, com base em Martelotta (2012), dois grandes grupos de advérbios: os centrados nos advérbios qualitativos e os centrados nos advérbios aspectuais. Dessa forma, o capítulo tenta explicar os usos dessa classe no âmbito sintático e semântico, levando em conta os usos de alguns advérbios com foco nos séculos XIX e XX.

No capítulo 5, “As preposições: aspectos históricos e usos atuais”, Verena Kewitz, Maria Lúcia L. de Almeida, Carlos Alexandre Gonçalves e Janderson Lemos de Souza adotam uma abordagem diferente sobre o que tradicionalmente se diz sobre as preposições. Os autores resgatam da tradição gramatical diversas descrições para permitir entender, de maneira integrada, a relação entre preposições e advérbios como um caso de heterossemia; a mudança por que passaram algumas preposições no português brasileiro; e a participação das preposições e dos advérbios na formação de verbos e mudanças em curso, em que a noção de variação cede prioridade à de perspectivização. Os autores partem da proposta de Charles Fillmore para reconhecer a orientação e a perspectiva como fatores determinantes de uma quarta forma de organização funcional da sentença, associam tal proposta à de George Lakoff a identificar a polissemia em sua relação com modelos cognitivos

idealizados e formulam um projeto de pesquisa em que esse recorte da linguística cognitiva é conciliado com aspectos da abordagem multissistêmica, formulada por Ataliba T. de Castilho. O interesse em identificar os fatores cognitivos que organizam a gramática e a história de uma língua natural como sucessivas reorganizações cognitivas, tal como preconizado por Joan Bybee, é desenvolvido pelos autores a partir de processos cognitivos identificados pela linguística cognitiva (*princípio da invariância*), pela linguística funcional (*chunking*) e pela multissistêmica (*princípio da recursão*), tendo em vista oferecer ao leitor outra proposta de tratamento do produto preposição condizente com modelos baseados no uso.

O volume é um ponto de partida para novos estudos históricos sobre a diacronia do português brasileiro. Mais do que uma obra conclusiva, o livro traz hipóteses de trabalho para que novas pesquisas com materiais a serem encontrados nos acervos públicos e privados possam iluminar nosso passado linguístico.

Façam bom proveito!

NOTA

¹ A publicação teve apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do CNPq (Processo: 449989/2014-3 – Chamada: MCTI/CNPq/Universal 14/2014).

INTRODUÇÃO

Célia Regina Lopes

Os volumes IV e V da *História do Português Brasileiro* trazem pesquisas sobre a mudança sintática do português brasileiro (PB), elaboradas sob uma perspectiva funcionalista.

Esta Introdução explicita o recorte teórico levado em conta pelos autores, escolhido dentre as seguintes teorias funcionalistas da mudança linguística: (1) Teoria da variação e mudança; (2) Teoria da gramaticalização.

Essas opções são brevemente examinadas a seguir, juntamente com a metodologia da pesquisa e o *corpus* de análise.

Os exemplos citados nos diferentes capítulos vêm precedidos pela abonação, constante dos seguintes elementos, entre colchetes: século, metade do século, região do país em que foi escrito o documento, identificação do documento por meio das siglas convencionadas pelo Projeto para a História do Português Brasileiro. Assim, [16,2 SP I 5] significa que o documento procede do século XVI, em sua segunda metade, foi escrito em São Paulo e integra os *Inventários* publicados pelo Departamento de Arquivo do Estado de São Paulo, número 5. As siglas estão detalhadas no volume 1 desta série, que trata do *corpus*. A ausência de uma sigla indica tratar-se de exemplo retirado de outros materiais ou então de exemplo criado.

TEORIA DA VARIAÇÃO E MUDANÇA

As línguas naturais são constitutivamente heterogêneas. Sua gramática abriga regras categóricas e regras variáveis. Sapir (1954 [1921]) afirmava que o fenômeno da variação linguística acarreta o da mudança: se há duas ou mais formas em competição, uma delas poderá acabar por vencer a outra, e a língua mudará.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) escreveram o texto fundacional da Teoria da Variação e Mudança. Eles começam por destacar as inconveniências do ponto de vista estruturalista e gerativista sobre a mudança. Ambas as teorias postulam que a língua é homogênea, praticada por um falante ideal, o que vai complicar seriamente as coisas tanto no plano sincrônico da descrição linguística quanto no plano diacrônico de sua mudança. Fixando a atenção nesse último aspecto, esses linguistas reclamam que

[...] quanto mais os linguistas se impressionarem com a existência da estrutura da língua, quanto mais apoiarem esta observação em argumentos dedutivos a respeito das vantagens funcionais da estrutura, tanto mais misteriosa se tornará a transição de um estágio para outro dessa mesma língua. Afinal de contas, se uma língua tem de ser estruturada para funcionar eficientemente, como as pessoas continuarão a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto ela passa por períodos de uma sistematicidade atenuada? (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 100)

Para dar resposta a essas e a outras questões, William Labov propôs “*quebrar a identificação entre estruturação e homogeneidade*” e ir ao enalço da competência linguística dos falantes, ancorada numa heterogeneidade sistematizada, pois a “*ausência da heterogeneidade estruturada seria disfuncional*”. A ancoragem da mudança nos usos da linguagem trouxe os sociolinguistas labovianos para o campo do Funcionalismo e do Gerativismo, neste caso para o viés da Sociolinguística paramétrica, impulsionada na Universidade Estadual de Campinas por Mary Kato e Fernando Tarallo (ver volume VI desta série).

Os seguintes argumentos compõem a teoria variacionista da mudança:

1. Reconhece-se a existência de princípios restritivos que governam a mudança de determinada estrutura. Há uma covariação entre esses princípios e variações individuais, as quais devem ser definidas (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 101, 170).
2. A mudança das estruturas põe o problema da transição, isto é, há estágios intermediários nessa mudança, os quais podem ser empiricamente observados e controlados, visto que “*uma mudança linguística pode ocorrer numa gradação discreta*” (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 170).

3. Duas questões resultam daqui: (i) Questão do encaixamento: como as mudanças se encaixam “*na matriz dos concomitantes linguísticos e extralinguísticos das formas em questão?*”, isto é, por que setores da estrutura linguística a mudança tem começo, e que segmentos da sociedade a incorporam primeiramente? (ii) Questão da avaliação: como as mudanças são avaliadas em termos de seu impacto sobre a estrutura linguística e sobre a eficiência comunicativa? (Weinreich, Labov e Herzog, 1968: 101, 181). A avaliação pode acelerar ou bloquear uma mudança, a depender de sua maior ou menor aceitação pelas classes sociais de mais prestígio.
4. Mas a questão central a respeito da mudança é a de sua implementação: que fatores a favorecem? Por que certas línguas dotadas do mesmo traço estrutural não passam pela mesma mudança?
5. Um dos aspectos mais interessantes da Teoria da Variação e Mudança é a possibilidade de se observar a dinamicidade da mudança em progresso quando se estudam fenômenos variáveis num determinado momento e nas diferentes faixas etárias, a que se convencionou chamar de estudo da mudança em tempo aparente. O estudo da mudança linguística, ou os caminhos que ela tende a seguir, podem ser predizíveis, antes mesmo de a mudança estar concluída. A observação de processos em curso através de uma análise distribucional e quantitativa das variáveis por faixas etárias (tempo aparente) possibilita a inferência de fenômenos que operaram no passado.

Entretanto, há de se considerar que os estudos *em tempo aparente* podem, na verdade, como discutido em Labov (1994), indicar apenas uma variação estável constituída por um padrão característico de gradação etária que se mantém em cada geração, não representando realmente mudanças na comunidade de fala. Por isso, para melhor caracterizar os fenômenos de mudança linguística, aliam-se à análise *em tempo aparente* os estudos *em tempo real*, seja, nos termos de Mattos e Silva (1991, 1995, 1997), *de longa duração*, analisando-se através de séculos um período dilatado de tempo, seja *de curta duração*, em que se comparam duas fases

discretas de tempo, como duas décadas. Para os estudos de *tempo real de curta duração*, tem-se o estudo de painel (*panel study*) e o estudo de tendência (*trend study*). O primeiro consiste no recontacto dos mesmos falantes em período posterior e o segundo na constituição de uma nova amostra representativa. Os falantes das duas amostras são diferentes, mas compartilham as mesmas características sociais e integram a mesma comunidade de fala.

Para determinar a dimensão temporal da mudança, existem procedimentos rigorosos em termos da organização de uma amostra representativa, principalmente quando se está lidando, por exemplo, com uma ampla população urbana ou com um período dilatado de tempo.

Há diversas dificuldades para se fazer um trabalho através de um longo período de tempo, principalmente no que diz respeito à interpretação dos dados históricos e à própria qualidade do *corpus*. Além de não haver registros de fala, só sendo possível analisar textos escritos, “*os documentos representam o vernáculo dos seus escritores, refletindo uma variante padrão que não corresponde a um falante nativo*” (Labov, 1994: 11). Há inclusive os efeitos da hipercorreção, mistura de dialetos, erros do escriba, problemas na leitura dos manuscritos, falta de tratamento filológico adequado etc. Labov (1994: 11) considera ingênua a tentativa de alguns pesquisadores de localizarem textos que “*tenham maior probabilidade de aproximação com a língua falada*”, como cartas, peças teatrais e textos literários. Uma perspectiva sociolinguística exigiria informações precisas sobre a posição social dos escritores e sobre a estrutura social da comunidade e por essas e outras razões os documentos escritos seriam limitados para o estudo da mudança linguística.

Os avanços feitos nos últimos anos com os estudos de natureza histórica, entretanto, acabaram por criar uma ramificação teórica com perfil próprio, tanto em termos metodológicos quanto em relação aos objetivos da investigação. Trata-se do que se tem denominado Sociolinguística histórica (Conde Silvestre, 2007; Hernàndex-Campoy e Conde Silvestre, 2012) que, diferentemente da Sociolinguística laboviana, busca compreender a língua do passado com base no que se tem no presente, faz o caminho inverso, reconstruindo os estágios anteriores da língua para compreender como se chegou à realidade linguística atual. Não basta à vertente histó-

rica da Sociolinguística a simples transposição da metodologia de base laboviana, pois as fontes documentais disponíveis que chegam às mãos do investigador são “*fragmentárias, escassas e dificilmente vinculáveis com a produção real de seus falantes*” (Conde Silvestre, 2007: 35). Os dados são procedentes de amostras naturalmente enviesadas que sobreviveram na atualidade ‘por sorte’. Isso significa, por exemplo, que o controle de fatores externos, como faixa etária, escolaridade, gênero, categoria social, pode ser lacunar, pois os informantes não estão mais à disposição do investigador como ocorre nos estudos sincrônicos. Os dados costumam se restringir aos grupos alfabetizados da comunidade, em geral, constituídos por homens com status médio a alto. Além disso, só determinados estilos e registros são recuperáveis nos acervos públicos e nem sempre a amostra para análise é homogênea. Outra diferença básica é que o “resultado” da mudança linguística, diferentemente do que ocorre na análise da sociolinguística sincrônica, já é conhecido pelo analista histórico. O propósito, assim, é distinto, porque o objetivo da Sociolinguística histórica é tentar acompanhar e reconstituir o processo de mudança em suas diversas etapas, observando as tendências do comportamento linguístico com base na amostra escrita constituída. A descoberta de novos materiais sempre poderá elucidar as lacunas observadas nos estudos parciais feitos com as amostras até então disponíveis. Dentro dessa perspectiva, é preciso considerar, por exemplo, o gênero textual mais propício ao aparecimento do fenômeno investigado, a disponibilidade de material para o recorte cronológico estudado e a quantidade de informações disponíveis sobre os informantes e/ou a sociedade/comunidade em que viveram.

Entretanto, mesmo conscientes de que 1) os dados retirados de textos escritos podem ser ruins ou pobres em termos de uma real distribuição sociolinguística, 2) o estudo histórico estará baseado em observações de um recorte incompleto do passado, 3) os documentos escritos não representam, nem por aproximação, a fala de um determinado período histórico, e, enfim, mesmo levando-se em conta todos os problemas advindos de um estudo *na longa duração* ou de sincronias pretéritas, mudanças sistêmicas levam séculos para se processar e necessitam de observações mais amplas de cada momento histórico para que se tenha certeza do valor significativo de cada fase histórica e de seu alcance. Torna-se imprescindível, portanto, determi-

nar se houve realmente mudança no tempo ou se a “mudança postulada” não é resultado de simples flutuação de comportamento.

Se, por um lado, a falta de uma distribuição equilibrada e homogênea de um *corpus* numa dada sincronia pretérita pode ser um fator negativo em termos sociolinguísticos, por outro, o fato de se trabalhar com *corpora* múltiplos ou diversificados, como cartas oficiais e pessoais com a identificação do remetente, peças teatrais, além de outros gêneros, situados espacial e temporalmente, podem fornecer uma visão mais ampla do objeto de estudo. Tal perspectiva, além de poder representar diferentes estratos sociais, dá maior confiabilidade às conclusões, uma vez que, dependendo do texto (jornalístico, pessoal, literário, não literário), os resultados podem não ser os mesmos. Parte-se, pois, do pressuposto de que a mudança linguística não é uma mudança nos hábitos individuais, mas sim a difusão de novas formas individuais numa vasta comunidade e a adoção dessas formas como convenções novas e obrigatórias (Labov, 1994: 47).

A teoria mostrou, portanto, que há uma regularidade no interior da heterogeneidade das regras variáveis e que é possível identificar os fatores que condicionam as variantes escolhidas pelo falante (cf. Labov, 1972). Para a aplicação dessa teoria ao Português, ver Tarallo (1987: 33-62, particularmente p. 61):

[...] a estrutura da língua pode ser correlacionada ao seu uso e os padrões do último podem ser objetivamente medidos, levando à diferenciação entre as escolhas que o falante efetivamente *faz* e as que ele *poderia fazer*. [...] Tal conceito amplificado de gramática abrange tanto a forma (estrutura) quanto a substância (uso).

TEORIA DA GRAMATICALIZAÇÃO

Entende-se por gramaticalização o conjunto das alterações sofridas por um item lexical ou por uma construção, ao longo das quais ele (i) passa por modificações em suas propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas e semânticas, (ii) deixa de ser uma forma livre, (iii) estágio em que pode até mesmo desaparecer, como consequência de uma cristalização extrema. Esse trajeto se dá tanto no tempo real quanto no tempo aparente.

É importante reter que, na gramaticalização, um domínio cognitivo-fonte fundamenta o estágio A, que se altera para o estágio B igualmente motivado por um domínio cognitivo alvo. A pesquisa mais recente vem incluindo na agenda desta teoria a identificação dos gatilhos cognitivista e pragmático da gramaticalização.

Antoine Meillet foi o primeiro linguista a estudar o processo da gramaticalização, situando-o no plano diacrônico. Ele propõe inicialmente a existência de três classes de palavras, as *palavras principais*, as *palavras acessórias* e as *palavras gramaticais*, indicando que entre elas há uma transição gradual. A esse processo de transição ele chamou *gramaticalização*, entendida como a “*atribuição de um caráter gramatical a um termo outrora autônomo*” (Meillet, 1912a: 131).

Essa transição implica o esvaimento tanto do sentido quanto da forma, de tal sorte que em dado momento uma palavra acessória se transforma numa palavra gramatical, podendo mesmo juntar-se a uma palavra principal para atribuir a esta um papel gramatical de que ela não dispunha previamente. Para exemplificar o processo, ele chama a atenção para os usos do verbo francês *être* como palavra principal (=verbo locativo), como palavra acessória (=verbo de ligação) e como palavra gramatical (=verbo auxiliar, que pode combinar-se com o próprio *être*, enquanto verbo principal). A exemplificação de Meillet leva a crer que por gramaticalização se pode entender tanto um processo diacrônico, isto é, a derivação de usos “acessórios” e “gramaticais” de um uso “principal”, quanto um processo sincrônico, isto é, a convivência dos usos assim constituídos num mesmo recorte do tempo.

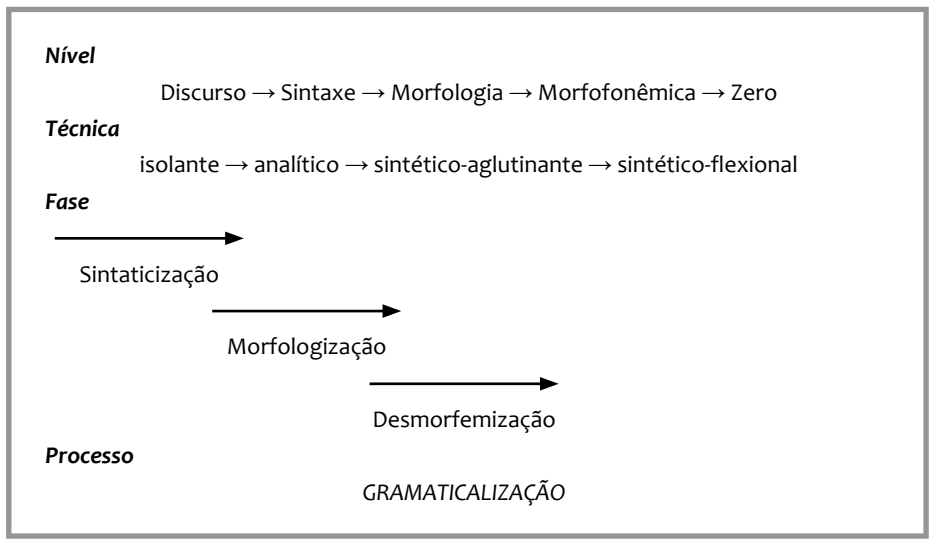
Kurylowicz definiu a gramaticalização como um processo em que se verifica “*a ampliação dos limites de um morfema, cujo estatuto gramatical avança do léxico para a gramática, ou de um nível menos gramatical para mais gramatical, isto é, de formante derivativo para formante flexional*” (apud Lehmann, 1982). Ao gramaticalizar-se, o item lexical perde substância semântica (*bleaching, fading*) e fonológica. Quando um item lexical “migra” para a gramática, ele pode passar a comportar-se como morfema livre (no caso dos auxiliares), ou como morfema preso (no caso dos afixos derivados de um morfema livre).

Heine e Reh (1984 apud Hopper e Traugott, 1993: 87) sintetizam com as seguintes palavras o entendimento que se vem tendo do fenômeno da

gramaticalização: “*evolução em que unidades linguísticas perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e substância fonética*”. Por outras palavras, a gramaticalização é o estudo de mudanças linguísticas situadas no *continuum* que se estabelece entre unidades independentes, localizadas em construções menos ligadas, e unidades dependentes tais como clíticos, partículas, auxiliares, construções aglutinativas e flexões (Traugott, 1988).

Durante o Estruturalismo, o debate sobre a gramaticalização conheceu certo refluxo, rompido por Hodge (1970) e Givón (1971, 1979 e 1983). Hodge tinha admitido dois estágios: (i) sintaxe forte e morfologia fraca, e (ii) sintaxe fraca e morfologia forte. Ele criou o slogan “*a sintaxe de ontem é a morfologia de hoje*”. Essa formulação recebeu, posteriormente, o seguinte aditamento de Givón (1979: 208-9): “*a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem*. Surgiu assim a escala *Discurso → Sintaxe → Morfologia → Morfofonêmica → Zero*. A ideia dos estágios da gramaticalização passa a retornar com bastante frequência na literatura. Lehmann (1982: 13) organizou, a esse respeito, um quadro bastante ilustrativo:

Quadro 1 – Fases da gramaticalização



Com os estudos funcionalistas sobre gramaticalização, revigorados nas décadas de 1980 e 1990, deu-se um novo fôlego para as pesquisas sobre mudança linguística no domínio da língua portuguesa. Como era de se esperar,

quando surge ou, como é o caso, ressurgem uma perspectiva de análise, várias polêmicas e vertentes sobre o próprio conceito de gramaticalização ganham destaque entre os seguidores e críticos. Aparentemente todos os processos de mudança eram vistos pelo viés da gramaticalização, o que criou certo ceticismo pelo nível de abrangência dado ao conceito quando se incorporou, por exemplo, os casos de discursivização¹ (*né? entende? sabe?*). Aparadas as arestas iniciais comuns nos momentos da efervescência de paradigmas novos ou revisitados, a gramaticalização já ocupou seu lugar pelos que se interessam pelo estudo da mudança.

Adotando uma noção ampla do conceito de gramaticalização, diremos que o fenômeno ocorre quando um item lexical/construção passa a assumir, em certas circunstâncias, um novo *status* como item gramatical, ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais,

[...] podendo mudar de categoria sintática (= recategorização), receber propriedades funcionais na sentença, sofrer alterações semânticas e fonológicas, deixar de ser uma forma livre e até desaparecer como consequência de uma cristalização extrema. (Castilho, 1997a: 31)

Adotando uma perspectiva de caráter funcionalista,² diz-se que a trajetória da mudança se dá pela regularização do uso da língua que ocorre a partir da criação de expressões novas e de rearranjos vocabulares feitos pelo falante para atender a seus propósitos comunicativos. Com a repetição de uma construção ou forma,³ algo que é ocasional se fixa, tornando-se normal e regular, ou seja, se gramaticaliza. A contínua regularidade ocorre quando as estratégias discursivas empregadas pelo falante numa situação comunicativa perdem a eventualidade criativa do discurso e passam a ser regidas por restrições gramaticais, por isso vários autores pressupõem que o percurso é do discurso para a gramática. É como se os elementos lexicais fossem perdendo suas potencialidades referenciais de representar ações, qualidades e seres do mundo biossocial e fossem ganhando a função de estruturar o léxico na gramática, assumindo, por exemplo, posições mais fixas na sentença e expressando noções gramaticais como pessoa, número, tempo, modo, aspecto etc.

Postula-se que o caráter contínuo da gramaticalização não contradiz os princípios da teoria sociolinguística laboviana (Weinreich et al., 1968), que

fundamentam, como vimos, a Sociolinguística histórica. Isso se deve ao fato de podermos afirmar que fatores que produzem mudanças, não só no âmbito linguístico, como também no da vida humana, não são abruptos e repentinos, mas atuam lentamente. Na trajetória da mudança, há estágios intermediários em que formas em conflito se distribuem irregularmente entre falantes e ouvintes num processo que pode aparentemente durar séculos. As mudanças não afetam um sistema linguístico em sua totalidade e, nesse sentido, pode-se falar em um *continuum* evolutivo diacrônico, que pode ser paralelo ao *continuum* categorial sincrônico. Defende-se que os “*limites entre diacronia e sincronia se desfazem e o único que se mantém é um dinamismo constante e essencial às línguas*” (Company-Company, 2003: 19).

A partir de uma noção ampla de gramaticalização, defende-se que por ser um fenômeno gradual, a gramaticalização não é um processo que possa se extinguir, mesmo nos estágios cronologicamente mais avançados. Com base em alguns princípios e postulados de teóricos que discutem o tema, apresentam-se evidências de que nos processos de gramaticalização há sempre permanências ou resquícios de etapas anteriores. A identificação de propriedades formais e semânticas que persistem nos itens/construções gramaticalizadas ajudaria a compreender algumas aparentes idiosincrasias comuns a certas categorias gramaticais.

Embora se reconheça que as categorias gramaticais não são discretas, absolutas, homogêneas e que não exista um conjunto finito de propriedades precisas e exclusivas que consigam enquadrar todos os seus integrantes, defende-se a necessidade de postular algumas dessas características prototípicas para fundamentar a análise. Parte-se do pressuposto de que existem zonas fronteiriças, às vezes, difusas e que formas linguísticas podem ter propriedades de duas ou mais categorias, constituindo um *continuum* categorial.

Articulada à ideia do gradualismo inerente ao fenômeno levam-se em conta os princípios da *persistência* e *descategorização* discutidos por Hopper (1991), que referendam algumas das propostas adotadas em nosso volume.

A *persistência* pressupõe que alguns traços de significado original do item lexical tendem a aderir ao novo emprego mais gramatical. Assim, detalhes da história de um item lexical podem ficar aparentes em restrições de sua distribuição gramatical, na construção de que passa a fazer parte. Ampliando a proposta de Hopper (1991), entende-se que os “*detalhes da história*

lexical do item” não se restringem aos valores semânticos, mas também às suas características formais. A persistência de propriedades do item original na nova forma gramaticalizada é, por assim dizer, um dos aspectos mais preponderantes nesse processo de mudança por gramaticalização, uma vez que os traços identificados pelo princípio da *persistência* marcarão as particularidades da forma que se recategoriza em dada construção.

Assume-se que a *descategorização* pode ser entendida sob pontos de vista distintos. Por um lado, numa perspectiva tradicional (talvez mais dura, embora não menos legítima), as formas que se gramaticalizam tendem a neutralizar as marcas morfológicas e as propriedades sintáticas da categoria-origem. Pelo gradualismo do processo, a *descategorização* pode evidenciar algumas *persistências*, uma vez que nem todas as propriedades lexicais são perdidas e muito menos são assumidas todas as características da nova categoria da qual passou a fazer parte a forma gramaticalizada. Nessa linha de raciocínio, a identificação das persistências formais interfere sobremaneira na *descategorização*. Por outro lado, Hopper (1991) propõe relativizar a noção de “categoria” adotando a perspectiva de ‘graus de categorialidade’. A contraparte funcional da *descategorização*, vista como perda de marcas ótimas de categorialidade, seria a *perda da autonomia discursiva* para uma forma. Na mesma linha de Traugott (1982), o autor leva em conta que formas gramaticalizadas mudam seu significado de “*proposicional*” para “*textual*”, isto é, “*as formas mudam para ter um significado ou função que está relacionada ao texto ou a alguma construção local*”.

Ampliando o nível de atuação da gramaticalização, do léxico/construção para oração, Hopper e Traugott (2003), com base em Haiman e Thompson (1988a) e Halliday (2004), defendem um modo tripartite para um entendimento mais satisfatório de como as orações se articulam no interior de um complexo oracional, propondo a seguinte separação: *parataxe*, *hipotaxe* e *subordinação*. Tal distinção é explicada com base no reconhecimento de diferentes graus de integração sintática, reveladores de um percurso unidirecional de gramaticalização dessas orações. Há assim uma rejeição ao modo dicotômico como abordagens tradicionais postulam a vinculação de orações de uma oração complexa, ou por coordenação ou por subordinação, em favor de um enfoque que distribui as orações complexas ao longo de um *continuum* conforme o maior ou menor grau de integração de seus

segmentos constitutivos. Valendo-se, então, da combinação dos traços [dependência] e [encaixamento], Hopper e Traugott (2003: 170) propõem o *continuum* dado abaixo, para colocar de um lado os casos de relações táticas e, de outro, os casos de subordinação estrita.

Quadro 2 – Continuum da combinação de orações

	Parataxe	Hipotaxe	Subordinação
[Dependência]	-	+	+
[Encaixamento]	-	-	+

Sob os critérios de *dependência*, *integração* e *tipo de ligação* entre orações, propõem ainda os autores (Hopper e Traugott, 2003: 172) as seguintes propriedades da combinação de orações:

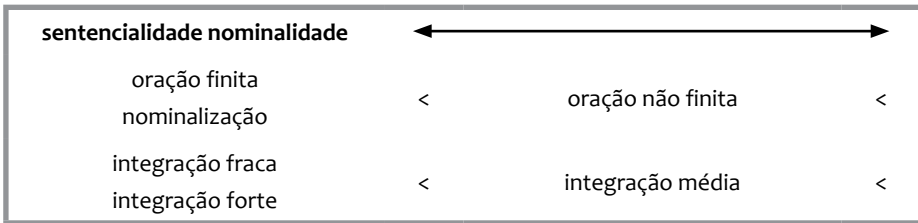
Quadro 3 – Propriedades gradientes da combinação de orações

Parataxe	Hipotaxe	Subordinação
(independência)	(interdependência)	(dependência)
Núcleo	←-----→	Margem
integração mínima	←-----→	integração máxima
ligação explícita máxima	←-----→	ligação explícita mínima

A partir das propriedades dadas nessa esquematização, *parataxe* se caracteriza pela relativa independência e integração mínima entre as orações; *hipotaxe*, pela relativa interdependência e por um grau intermediário de integração; e *subordinação*, por total dependência e integração máxima entre orações, ou seja, a margem é encaixada em um constituinte da oração núcleo, sem necessariamente contar com um nexos que as una.

Mesmo em se tratando de subordinação *stricto sensu*, há exemplares mais gramaticalizados (ou mais integrados) do que outros, como explicita Lehmann (1988) em sua proposta de gramaticalização e dessentencialização de orações. A depender do grau de finitude da oração encaixada, ela pode apresentar-se forte ou fracamente integrada a um núcleo, que pode, inclusive, tomar como margem uma construção reduzida ao grau máximo de dessentencialização, representado pelos casos de nominalização, como mostra o esquema a seguir, adaptado do autor (Lehmann, 1988: 200).

Quadro 4 – Continuum de sentencialidade



Rearranjando a classificação tradicional das orações complexas dentro desse esquema de combinação de orações, têm-se, então, sob a designação de *parataxe*, orações coordenadas e justapostas, sob a designação de *hipotaxe*, orações adverbiais e apositivas, e, por fim, sob a designação de *subordinação*, apenas as subordinadas substantivas e adjetivas restritivas.

NOTAS

- ¹ Traugott defende que os marcadores discursivos podem fazer parte do objeto de estudo da gramaticalização. Para ela, se os elementos que fazem o trabalho de gerenciamento discursivo estão sujeitos ao mesmo tipo de redução sintática de escopo, os marcadores discursivos poderiam ser incluídos nos processos de gramaticalização.
- ² A análise linguística de base funcionalista prioriza a linguagem como fenômeno mental e social, correlacionando fatores sociocomunicativos e/ou sociocognitivos em situações “reais” de uso.
- ³ A repetição é vista como um processo pelo qual seqüências de palavras ou morfemas, frequentemente usados, se tornam automáticos como uma única unidade de processamento.